



Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022

PROCESSO Nº 23.775/2019.

CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.651.485/0001-05, com sede na Avenida Alberto Braune, nº 04, sala 408, Centro, Nova Friburgo/RJ, neste ato representada por seu representante legal Sr. JORGE DE AGUIAR PINTO, brasileiro, casado, empresário, com Identidade nº. 5115533 IFP, inscrito no CPF sob o nº. 422.926.387-20, vem, por seu advogado que esta subscreve, apresentar sua:

IMPUGNAÇÃO

em face do Edital referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022, pelas razões legais que seguem adiante.

Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 10 de Março de 2022.

Pedro Henrique Santos Queiroz
OAB/RJ 178.626

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000



Digníssimo Senhor Pregoeiro,

I - DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/2021, as impugnações interpostas deverão ser enviadas eletronicamente, **até três dias úteis antes da data de abertura do Certame (grifo nosso).**

Sendo assim, tendo em vista o protocolo da referida impugnação na data de 10/03/2022, ou seja, com 5 (cinco) dias de antecedência, eis preenchido o requisito da tempestividade.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Trata-se o presente de impugnação ao Edital de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de passageiros (paciente se acompanhantes), considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao município de desembarque pré-determinado pela central de regulação/TFD (tratamento fora de domicílio), coordenação de saúde auditiva e programa melhor em casa, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Contudo, ao proceder à análise do mencionado ato convocatório, a Impugnante constatou a existência de algumas irregularidades que

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000



necessitam obrigatoriamente serem sanadas, visando, acima de tudo, e em estrita observância aos princípios norteadores das licitações, resguardar a lisura e o regular prosseguimento deste procedimento licitatório.

Do exposto, certa da habitual atenção deste ilustre Pregoeiro e confiante no habitual bom senso dessa conceituada Prefeitura, a Impugnante requer sejam analisadas e, posteriormente, corrigidas as irregularidades presentes no edital a fim de que a licitação ora em curso possa transcorrer normalmente, sem que sua legalidade possa vir a ser futuramente contestada.

A) DA OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO ESPECÍFICO NO DETRO

O Edital em comento traz em seu item 20 a documentação que deverá ser apresentada pela licitante quanto à qualificação técnica e no item 20.2, assevera que deverá ocorrer a comprovação de inscrição da empresa licitante junto ao DETRO-RJ (Departamento de Transporte Rodoviário do estado do Rio de Janeiro).

Todavia, Ilustre Pregoeiro, a empresa que presta o serviço de transporte intermunicipal, necessariamente deve possuir certificado de registro de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento, junto ao Detro/RJ, portanto, a falta dessa exigência, se torna ilegal.

Senão vejamos:

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000

O Decreto nº 3.893, de 22-01-1981, em seu Art 6.º, ensina que: “No exercício dos poderes de controle do transporte rodoviário de passageiros o DETRO/RJ planeja, concede, intervém, permite, autoriza, licencia, fiscaliza, regulamenta a execução do serviço de transporte intermunicipal e fixa as tarifas para as devidas modalidades, levando em consideração a apuração dos custos e a justa remuneração do capital investido.

Portanto, resta nítido que o Detro/RJ é o órgão responsável pela execução do serviço de transporte intermunicipal, cabendo à licitante possuir registro de fretamento junto ao mesmo.

Continuando, o Decreto nº 42.868 de 28/02/2011, assim disciplina:

“Art. 95. O serviço de transporte intermunicipal sob regime de fretamento classifica-se em:

I - Serviço de fretamento contínuo;

II - Serviço de fretamento eventual;

III - Serviço de fretamento turístico;

IV - Serviço de fretamento por meio de locação/aluguel de veículos com motoristas.

§ 4º - Considera-se serviço de fretamento por meio de locação/ aluguel de veículos com motoristas aquele ajustado diretamente entre o contratante e a transportadora, sendo dispensada inicialmente a emissão de Nota Fiscal desde que apresentado documento hábil comprovando a contratação do serviço, não sendo admitida intermediação de terceiros". (Grifo nosso).

"Art. 99-C - Fica vedada a locação/aluguel sem motorista de quaisquer veículos registrados no DETRO/RJ."

"Art. 124 - O transporte de turistas na modalidade de traslado, entre os meios de hospedagem (hotéis e pousadas) e terminais de embarque/desembarque, poderá ser realizado bastando o cadastramento dos veículos, devidamente licenciados no DETRAN/RJ em nome da razão social dos referidos meios de hospedagem, e do condutor, devidamente habilitado na forma da lei, com vínculo empregatício.

Parágrafo Único - O veículo cadastrado não poderá ser utilizado na operação de qualquer outra modalidade de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros." (grifo nosso)."

Importante asseverar ainda que a Portaria DETRO/RJ nº 1.015 de 14/12/2010, em seu Art. 1º, afirma que: “Somente as empresas e cooperativas autorizadas pelo DETRO/RJ para a operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento poderão prestar serviço de locação/aluguel de veículos com motoristas.”

Ilustre Pregoeiro, o transporte intermunicipal deve ser regulamentado pelo órgão responsável do respectivo estado, que no caso do Rio de Janeiro é o Detro/RJ. À ANTT, cabe dispor sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento, de acordo com o art. 2º da Resolução 4.777/2015.

O Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, estabelece em seu Art. 1º que: “Cabe à União explorar, diretamente ou mediante permissão ou autorização, os serviços rodoviários interestadual e internacional de transporte coletivo de passageiros. Trazendo no Art. 2º-A que: “O controle das outorgas, a delegação e a fiscalização dos serviços de que trata este Decreto caberão à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”.

Portanto, a ANTT é responsável por regulamentar a execução do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de transporte coletivo de passageiros e não de transporte intermunicipal.

Importante aduzir, que o item 20.2 do Edital descreve de forma abstrata qual seria o tipo de fretamento que a Licitante deveria estar registrada, deixando margem para que empresas registradas perante o Detro/RJ sob o

regimento de fretamento turístico, por exemplo, possam participar do certame, o que daria ensejo a irregularidades futuras.

Destaca-se que deverá ser exigido aos Licitantes o registro junto ao Detro/RJ para Prestação de Serviços sob a modalidade de fretamento, na forma do inciso IV.

Desta forma, deve o Ilustre Pregoeiro promover a alteração do item 20.2 do edital, passando a constar a seguinte redação: 20.2 – Apresentação de Certificado de Registro de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros sob o Regime de Fretamento por meio de locação/aluguel de veículos com motoristas, junto ao Detro/RJ.

Por fim, após a correção, deverá ocorrer a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

B) DO FRACIONAMENTO DE LOTES EQUIVOCADO

O Anexo I que consta o termo de referência, traz a especificação dos veículos requisitados pela Administração Pública, onde o item 1, prevê a contratação de 09 (nove) Veículos, com ar condicionado, **mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros, com até 5 (cinco) anos de fabricação**, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de



passageiros, combustível.

Contudo, o item 3, estipula a contratação de 02 (dois) Veículos, com ar condicionado, **com também mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros, com até 5 (cinco) anos de fabricação**, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros, combustível.

Denota-se que ambos são veículos tipo Van e para atender demandas de tratamento fora do domicílio, portanto o fracionamento de despesas perderá a finalidade da economicidade, pois é o mesmo objeto (Van) e requisito pelo mesmo setor (TFD).

Portanto, o correto seria a Municipalidade requerer 11 (onze) veículos com mínimo de 15 (quinze) lugares e não 09 (item 1) + 02 (item 3), senão corre o risco de duas empresas licitantes ganharem com preços diferentes para atender o mesmo órgão requisitante e fazerem o mesmo trajeto/percurso sem qualquer necessidade, trazendo embaraços e burocratizações desnecessárias, podendo ocorrer disparidade de preços para o mesmo serviço.

Ademais, é importante ainda elucidar que havendo a contratação de 11 (onze) veículos em um único lote provavelmente ficará mais econômico para a Administração Pública, pois fracionando os lotes abrirá margem para uma cobrança mais expressiva, pois quanto maior o volume, menor o preço normal.

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000

Sendo assim, em observação ao Princípio da Economicidade que objetiva a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade, deve haver a alteração dos lotes em comento.

Por fim, após a correção, deverá ocorrer a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

III - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

1 – O recebimento tempestivo da presente impugnação, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/2021, do referido edital;

2 – Outrossim, seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de suspender o certame para promover a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, **restabelecendo a competitividade, em respeito aos princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Moralidade e Legalidade.**



Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 10 de Março de 2022.

Pedro Henrique Santos Queiroz
OAB/RJ 178.626

Contato: (22) 3261-1715

E-mail: gadvogadosassociados@gmail.com

End: Avenida Alberto Braune, nº 4, sala 510. Edifício Jose Monteiro Fernandes, Centro, Nova Friburgo/RJ CEP: 28.613-000